



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESPÍRITO SANTO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo nº 9079618110000798.000100/2025-75

ESTUDOS PRELIMINARES

1. Dados do Processo:

Órgão Responsável pela Contratação:	Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo.
Objeto:	Contratação de empresa para fornecimento de água mineral para consumo nas dependências do CRCES, pelos seus colaboradores, conselheiros, delegados e todos os Profissionais da área Contábil que acessam diariamente a sede do Regional e para utilização das máquinas de café expresso.
Nº do Processo Administrativo:	9079618110000798.000100/2025-75

2. Diretrizes gerais para a contratação:

2.1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO; *

2.1.1 A contratação de empresa especializada para o fornecimento de água mineral tem por objetivo assegurar a qualidade, segurança e regularidade do consumo de água aos colaboradores, conselheiros, delegados, profissionais da contabilidade e demais usuários que frequentam a sede do Conselho

Regional de Contabilidade do Espírito Santo – CRCES.

2.1.2 A sede do CRCES dispõe atualmente de dois filtros conectados à rede hidráulica, os quais atendem à maior parte da demanda cotidiana dos colaboradores, representando, inclusive, uma alternativa economicamente mais vantajosa em comparação ao uso exclusivo de água mineral envasada. Entretanto, a infraestrutura hidráulica não contempla a área do auditório, o que inviabiliza a instalação de filtros nesse ambiente sem a realização de intervenções estruturais de grande porte, como quebra de paredes e adequações físicas de alto custo e impacto operacional.

2.1.3 Além disso, a instituição possui dois bebedouros que funcionam exclusivamente por meio de garrações de 20 litros, bem como máquinas de café expresso que necessitam de água mineral para seu adequado funcionamento. Dessa forma, o fornecimento de água mineral envasada não se mostra como uma substituição dos filtros existentes, mas sim como uma solução complementar e indispensável para atender áreas e demandas específicas que não podem ser supridas pela rede hidráulica atual.

2.1.4 A necessidade de nova contratação decorre, ainda, da insuficiência do saldo contratual remanescente do Contrato nº 009/2024, vigente até abril de 2026, o qual não será suficiente para atender à demanda até o término de sua vigência, considerando-se o aumento do consumo em razão da intensificação de eventos presenciais, reuniões, locações e empréstimos do auditório, verificados principalmente a partir de janeiro de 2024.

2.1.5 Ressalta-se que o fornecimento contínuo de água potável é um insumo essencial ao bom funcionamento da instituição, estando diretamente relacionado às condições de higiene, saúde, bem-estar e produtividade dos usuários dos espaços institucionais. Sua interrupção ou precariedade poderia comprometer o adequado desenvolvimento das atividades administrativas e institucionais desenvolvidas pelo CRCES.

2.1.6 Ademais, o objeto em questão caracteriza-se como bem de fornecimento comum e serviço de natureza continuada, nos termos do art. 6º, incisos I e XXII, da Lei nº 14.133/2021, por possuir especificações padronizadas, ampla oferta no mercado e necessidade de fornecimento contínuo, sob pena de prejuízos ao interesse público.

2.1.7 Diante do exposto, a contratação de empresa especializada para o fornecimento de água mineral

em garrações de 20 litros configura-se como medida necessária, razoável e tecnicamente justificada, destinada a assegurar a continuidade dos serviços, a salubridade dos ambientes institucionais, o atendimento adequado aos usuários e a conformidade com a legislação vigente.

2.2 - PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL;

2.2.1 Esta contratação está alinhada com o Plano de Contratações Anual (PCA) de 2026 v1 item.

2.3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO;

2.3.1. O material descrito deverá ser entregue na sede do Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo, locado à Rua Amélia da Cunha Ornelas, 30, Bairro Bento Ferreira, Vitória/ES, CEP 29050-620, no horário de 09h às 11h e de 13h às 15h, de segunda à sexta-feira, no prazo máximo de 1 (um) dia útil após a emissão da autorização de fornecimento;

2.3.2 A entrega da água mineral ocorrerá de forma **parcelada**, conforme demanda do CRCES, em razão da impossibilidade de armazenamento prolongado desse produto, o que poderia comprometer sua qualidade e validade.

2.3.3 Os garrações deverão ser entregues na sede do Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo – CRCES, situada na Rua Amélia da Cunha Ornelas, nº. 30, Bento Ferreira - Vitória/ES.

2.3.4 Condições do produto

A água mineral fornecida deverá:

- a) Estar em conformidade com as normas da ANVISA e demais órgãos competentes;
- b) Ser envasada em garrações retornáveis de 20 litros, devidamente lacrados e higienizados;
- c) Apresentar rótulo com informações legíveis de procedência, composição e prazo de validade;
- d) Possuir prazo de validade vigente e adequado ao consumo;
- e) Estar isenta de qualquer tipo de contaminação, impureza, vazamento ou avaria no recipiente.

2.3.5 Substituição e responsabilidade

2.3.5.1 Caso seja verificada qualquer irregularidade no produto entregue, o item será recusado, cabendo à Contratada realizar a substituição sem ônus adicional para o CRCES,

no prazo máximo de 01 (um) dia útil após a comunicação.

2.3.5.2 O descarregamento e a reposição dos garrafões (cheios e vazios) serão de inteira responsabilidade da Contratada.

2.4 - ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHEM DÃO SUPORTE; *

2.4.1 A estimativa foi elaborada com base no consumo registrado nos últimos 11 (onze) meses, conforme Relatório Estatístico de Materiais emitido pelo Sistema de Estoque (peça 1136976), o qual reflete, de forma fidedigna, o consumo real de água mineral no período de janeiro/2025 a novembro/2025.

2.4.2 A necessidade de nova contratação decorre da insuficiência do saldo contratual, remanescente do Contrato nº 009/2024, vigente até abril de 2026, o qual se mostra insuficiente para atender à demanda até o término de sua vigência.

2.4.3 Ressalta-se que, em razão das obras em andamento na sede do CRCES, os bebedouros estão sendo frequentemente desligados, ocasionando aumento no consumo de água mineral, como medida necessária para garantir o fornecimento adequado de água potável aos colaboradores, participantes de eventos institucionais e demais usuários do espaço.

2.4.4 Com base no consumo efetivo apurado no período analisado, verificou-se uma média anual aproximada de 148,32 garrafões de 20 litros, adotada como parâmetro de referência para o dimensionamento da contratação.

Memória de cálculo (ajustada):

- Período analisado: janeiro/2025 a novembro/2025 (11 meses)
- Consumo efetivo no período: 136 garrafões de 20 litros
- Média mensal aproximada: 12,36 garrafões (mês)
- Projeção para 12 meses: 148,32 garrafões de 20 litros (12,36 litros x 12 meses)
- Ajuste e arredondamento para adequação orçamentária e operacional: 150 garrafões de 20 litros

- **Quantidade estimada total: 150 garrações de 20 litros**

2.4.5 A metodologia adotada confere maior precisão, transparência e aderência à realidade do consumo, estando alinhada aos princípios do planejamento, eficiência e economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

2.4.6 Importa destacar que o consumo de água mineral em garrações de 20 litros apresentou crescimento significativo a partir da gestão empossada em janeiro de 2024, a qual intensificou a realização de eventos presenciais, locações e empréstimos do auditório, impactando diretamente o aumento da demanda.

2.4.7 De forma comparativa, observa-se a destacada evolução:

- Em 2024, aumento de 82,14% em relação a 2023;
- Em 2025, aumento de 142,85% em relação a 2023.

2.4.8 Diante desse contexto, conclui-se que a utilização da média dos últimos 12 (doze) meses representa, de forma mais adequada, a realidade atual do consumo, servindo como base técnica segura para o dimensionamento da contratação.

2.5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

2.5.1 Foi realizado levantamento junto ao mercado fornecedor para identificar as soluções usualmente praticadas no fornecimento de água mineral para instituições públicas, observando preço, qualidade, logística e disponibilidade. Foram identificadas duas modalidades predominantes:

2.5.1.1 Fornecimento por meio de filtros ligados à rede hidráulica:

2.5.1.1.1 Esta modalidade consiste na instalação e utilização de filtros ou purificadores conectados diretamente à rede hidráulica predial, com posterior manutenção periódica e substituição de refis conforme a necessidade.

2.5.1.1.2 Apesar de ser uma alternativa viável em determinados ambientes, essa solução não atende de forma integral a demanda do CRCES, uma vez que:

- A área do auditório **não possui tubulação hidráulica,**

impossibilitando a instalação de filtros nesse local sem a realização de obras estruturais significativas;

- A sede passaria por alterações estruturais que inviabilizaram, em diversos momentos, o uso contínuo dos pontos de fornecimento de água ligados à rede;
- Aumentaria o custo com manutenção periódica nas trocas de refis, a fim de evitar acúmulo de impurezas, bactérias e biofilme, que poderia comprometer a saúde dos usuários.

2.5.1.1.3 Destaca-se, contudo, que o CRCES já dispõe de **dois filtros ligados à rede**, os quais atendem parte significativa do consumo interno diário, sendo esta, inclusive, uma opção mais econômica para as áreas onde a infraestrutura permite sua utilização.

2.5.1.2 Fornecimento de água mineral envasada em garrações de 20 litros:

2.5.1.2.1 Esta modalidade consiste no fornecimento contínuo de água mineral em garrações de 20 litros, lacrados e em conformidade com as normas sanitárias vigentes, destinados ao abastecimento dos bebedouros localizados em áreas onde não há rede hidráulica disponível, bem como às máquinas de café expresso.

2.5.1.2.2 Essa solução se mostra a mais adequada e viável para suprir as necessidades do CRCES, considerando que:

- Existem **dois bebedouros que operam exclusivamente por meio de galões**;
- As **máquinas de café expresso (02 - duas)** utilizam somente água mineral envasada;
- O auditório, com capacidade para até 220 pessoas, é um ambiente de grande circulação durante

eventos, cursos e capacitações, exigindo uma solução prática, segura e imediata;

- Não há necessidade de intervenções estruturais, o que elimina custos com refis e obras, bem como paralisações da área.

2.5.2 Análise do consumo e estimativa de quantitativo

2.5.2.1 Conforme registro no sistema de estoque, o consumo de água mineral no período de janeiro a novembro de 2025 foi de 136 garrações de 20 litros, resultando numa média aproximada de 12,36 garrações por mês.

2.5.2.2 Projetando-se para 12 meses, estima-se um consumo anual de 148,32 garrações. Contudo, visando adequação orçamentária e maior controle operacional, foi adotado o quantitativo estimado de: 150 garrações de 20 litros por ano.

2.5.3 Conclusão do levantamento

2.5.3.1 Conclui-se, a partir do levantamento realizado, que a contratação do fornecimento de água mineral envasada em garrações de 20 litros é a alternativa mais viável, técnica e economicamente adequada à realidade do CRCES, atuando de forma complementar ao sistema de filtros já existente, suprimindo especialmente as áreas sem infraestrutura hidráulica e atendendo com eficiência a demanda gerada pelos eventos institucionais e pelo uso das máquinas de café expresso.

2.6 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE; *

2.6.1 Conforme documentos acostados aos autos, o valor estimado da contratação é de **R\$ 2.293,50** (*dois mil duzentos e noventa e três reais e cinquenta centavos*).

2.6.2 Para fins de estimativa da presente contratação, procedeu-se à pesquisa de preços com base em contratos públicos, devidamente publicados em portais oficiais, cujos valores foram analisados e resultaram na média apresentada acima.

2.6.3 A pesquisa foi elaborada em conformidade com o art. 6º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, observando-se critérios de transparência,

economicidade e adequação ao mercado, de modo a garantir a razoabilidade do valor estimado.

2.7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO;

2.7.1. A solução proposta consiste na aquisição de água mineral natural sem gás, envasada em garrações de 20 (vinte) litros, com vasilhame retornável, destinada ao abastecimento dos bebedouros que operam por galões, das máquinas de café expresso e para atendimento da demanda em eventos realizados no auditório do CRCES.

2.7.2 A adoção dessa solução visa evitar compras emergenciais, garantir o fornecimento contínuo de água potável e otimizar a aplicação dos recursos públicos, tendo os quantitativos sido dimensionados com base no consumo real registrado no período analisado.

2.7.3 Água mineral natural sem gás, garrafão de 20 litros, contendo as seguintes características mínimas:

- Garrafão plástico com capacidade de 20 litros;
- Fabricado em material apropriado para contato com alimentos;
- Tampa com lacre de segurança inviolável;
- Produto dentro do prazo de validade no ato da entrega;
- Atender às normas e regulamentos sanitários vigentes, especialmente os estabelecidos pela ANVISA e órgãos competentes.

2.7.4 O produto será submetido à conferência no ato da entrega, podendo ser recusado caso não atenda às especificações contratadas ou às condições de higiene e segurança exigidas.

2.7.5 O fornecimento deverá observar critérios básicos de sustentabilidade ambiental, tais como:

- Utilização de **vasilhames retornáveis**, contribuindo para a redução de resíduos;
- Preferência por embalagens recicláveis ou reutilizáveis;
- Cumprimento da legislação ambiental vigente.

2.7.6 Transporte e armazenamento

2.7.6.1 A empresa fornecedora deverá possuir condições adequadas de higiene, armazenamento e transporte dos garrafões de água, de forma a garantir a integridade e a qualidade do produto até o momento da entrega.

2.7.7 Transferência de conhecimento

2.7.7.1 Não haverá necessidade de transferência de conhecimento, tecnologia ou técnicas, uma vez que o objeto se caracteriza como fornecimento de bem de consumo comum.

2.8 - JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO; *

2.8.1 Não há viabilidade técnica ou econômica de parcelamento do objeto, tendo em vista que o fornecimento de água mineral em galões de 20 litros configura-se como bem indivisível, além de tratar-se de quantitativo reduzido que não comporta fracionamento sem comprometer a eficiência, a economicidade e a própria finalidade da contratação.

2.9 - RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS;

2.9.1 Com a contratação de empresa especializada para o fornecimento de água mineral para consumo nas dependências do CRCES, pretende-se garantir o abastecimento contínuo de água potável para os funcionários, Conselheiros, participantes dos eventos e reuniões institucionais promovidos pelo Conselho, bem como para o funcionamento adequado das máquinas de café expresso contidas na sede.

2.10 - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES;

2.10.1 Considerando que o objeto desta contratação consiste no fornecimento de água mineral envasada em garrafões de 20 litros, **não há necessidade de adoção de providências específicas prévias à celebração do contrato**, tampouco de capacitação de servidores, por se tratar de bem de fornecimento comum, de uso rotineiro e

amplamente conhecido.

2.10.2 As atividades relacionadas ao recebimento e conferência do material serão realizadas pelos servidores já designados e habituados a esse tipo de procedimento, não havendo qualquer peculiaridade técnica ou operacional que justifique treinamento adicional ou preparação específica por parte da Administração.

2.11 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES;

2.11.1 Não há, no momento, outras contratações correlatas ou interdependentes diretamente vinculadas ao fornecimento de água mineral.

2.11.2 Eventuais aquisições complementares de **galões reutilizáveis**, quando necessárias, serão tratadas de forma apartada, mediante processo próprio, sem prejuízo à execução do presente contrato.

2.12 - DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, QUANDO APLICÁVEL;

2.12.1 A contratação para fornecimento de água mineral não apresenta impactos ambientais significativos. Entretanto, recomenda-se que a empresa contratada adote práticas sustentáveis, quando possível, como a utilização de garrações retornáveis, o reaproveitamento de embalagens e o correto descarte ou reciclagem de materiais plásticos, em conformidade com a legislação ambiental vigente e as boas práticas de gestão de resíduos sólidos.

2.13 - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA.*

2.13.1 A contratação de empresa especializada para o fornecimento de água mineral para consumo nas dependências do CRCES mostra-se adequada, necessária e vantajosa, uma vez que visa garantir o abastecimento contínuo, seguro e de qualidade aos colaboradores, conselheiros, delegados e profissionais da área contábil que frequentam a sede da instituição, bem como o abastecimento das máquinas de café expresso.

2.13.2 O fornecimento regular contribui para o bem-estar e a produtividade dos usuários,

assegurando condições adequadas de trabalho e atendimento.

2.13.3 Trata-se de uma contratação padronizada, de baixo impacto, baixo custo e essencial à rotina administrativa, alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.

2.13.4 Dessa forma, considera-se a contratação tecnicamente viável, oportuna e plenamente justificada, atendendo aos interesses públicos e às necessidades institucionais deste Regional.

3. Normativos que disciplinam o serviço a ser contratado:

[Lei nº 14.133](#), de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

[Decreto nº 10.947](#), de 25 de janeiro de 2022 - Regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o plano de contratações anual e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

[Instrução Normativa SLTI nº 01](#), de 19 de janeiro de 2010 - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

4. Do Acesso às Informações contidas nos presentes Estudos Preliminares:

Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, esta Equipe de Planejamento entende que:

- ☒ As informações contidas nos presentes Estudos Preliminares **DEVERÃO ESTAR DISPONÍVEIS** para qualquer interessado, pois não se caracterizam como sigilosas.
- ☐ As informações contidas nos presentes Estudos Preliminares **ASSUMEM CARÁTER SIGILOSO**, nos termos do Art. 23 da Lei nº 12.527/2011, e, portanto, deverão ter acesso restrito.

São responsáveis pela elaboração do presente documento que materializa os Estudos Preliminares da presente contratação os seguintes servidores:

Grazielly Inácio Tartaglia Matrícula 97 Membro da Equipe de Planejamento	Elaine Leopoldino Ferreira Matrícula 198 Membro da Equipe de Planejamento	Vanessa Covre Rangel Marques Matrícula 140 Membro da Equipe de Planejamento
---	--	--



Documento assinado eletronicamente por **Grazielly Inacio Tartaglia, Coordenadora**, em 12/12/2025, às 10:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elaine Leopoldino Ferreira, Coordenadora**, em 12/12/2025, às 10:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Covre Rangel Marques, Coordenadora**, em 12/12/2025, às 10:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.cfc.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1136984** e o código CRC **C53BED76**.